

XXVII CONGRESSO DA APEOESP



Prof. João Felício



1,2e3
SETEMBRO
PIRACICABA

APEOESP unida, presente nas escolas, em defesa dos direitos dos professores e das professoras e por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade

www.apeesp.org.br

PLATAFORMA DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO PARA ENFRENTAR O GOVERNO TARCÍSIO DE FREITAS/RENATO FEDER

A derrota eleitoral histórica da extrema-direita bolsonarista em 2022 e a posse do presidente Lula em janeiro deste ano marcaram o início da reconstrução do Brasil após seis anos de desmonte e destruição levados a cabo pelos governos oriundos do golpe de 2016.

Entretanto, a extrema-direita ainda mantém ampla presença social, grande participação nos espaços institucionais de poder, governa alguns dos principais estados do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Distrito Federal, Goiás, entre outros, e possui forte representação na Câmara e no Senado.

São Paulo na contramão do Brasil

Em São Paulo, sob o governo bolsonarista de Tarcísio de Freitas e Renato Feder, vivemos um processo descompassado e oposto ao esforço que o governo Lula realiza para recompor as políticas públicas, retomar a garantia de direitos trabalhistas e sociais, ampliar espaços democráticos e participativos, promover políticas educacionais inclusivas e de qualidade, induzir a geração de emprego e renda, enfim, governar para a maioria da população. Tarcísio e seu governo promovem a violência contra a população negra e periférica, as privatizações de empresas e serviços públicos, prosseguem a retirada de direitos e, no campo da Educação, realizam sucessivos ataques à escola pública, seus profissionais e estudantes.

A recente tentativa do governo Tarcísio/Feder de desligar a rede estadual de ensino do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) demonstra não somente o descaso para com o direito dos estudantes ao conhecimento, como mostra profundos equívocos de análise e procedimentos metodológicos, que alienam o professor dos conteúdos de sua própria disciplina e transformam o processo ensino-aprendizagem em mero treinamento para a participação dos estudantes nas provas do IDESP/IDEB e para sua adequação às necessidades do mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, o ataque à liberdade de ensinar e aprender e à autoridade dos professores, por meio da vigilância de seu trabalho em sala de aula, é mais uma tentativa de desqualificação da nossa categoria, como já vimos acontecer em outros momentos, com o recorrente resultado de que os secretários e secretárias que assim agiram perderam seus cargos ou terminaram suas gestões profundamente desgastados.

Tarcísio/Feder: projeto de destruição

Em um contexto de grandes desafios, o XXVII Congresso Estadual da APEOESP Prof. João Felício coloca

como tarefa central para o Sindicato e para a categoria combater e derrotar o projeto bolsonarista de Tarcísio de Freitas e Renato Feder no estado de São Paulo que, entre tantos ataques, vem se concretizando por meio de:

- Proposta de reforma administrativa que pretende retirar ainda mais direitos do funcionalismo, eliminar a estabilidade no serviço público e impor a remuneração por subsídio para todos os servidores públicos.
- Iniciativas para a privatização da SABESP, Metrô e CPTM.
 - Terceirizações, contratações de temporários e cessão de serviços públicos a Organizações Sociais, Fundações e grupos privados.
 - Ampliação da contratação de professores temporários, que chegam hoje a 48% de todos os docentes da rede estadual de ensino.
 - Continuidade da vigência da Lei Complementar 1374/2022 e desmonte do Plano de Carreira do Magistério.
 - Assédio e vigilância dos professores em sala de aula, confrontando o princípio constitucional da liberdade de ensinar e aprender e a autoridade dos professores, além de outros mecanismos de monitoramento e controle da atividade docente.
 - Violação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com a instalação não autorizada do aplicativo Minha Escola SP em celulares de professores e estudantes, da qual recuou frente à indignação geral da comunidade escolar e da sociedade.
 - Continuidade e ampliação do Programa de Ensino Integral (PEI), que exclui estudantes trabalhadores, provoca superlotação de classes nas demais escolas e o fechamento do noturno, assédio sobre os professores e não representa ganho efetivo de aprendizagem aos estudantes.
 - Projeto de digitalização integral do processo educativo, fragmentando e aligeirando o acesso ao conhecimento, ao mesmo tempo em que exclui ampla parcela de estudantes mais pobres, com pouco ou nenhum acesso aos meios digitais.
 - Descumprimento da lei do piso salarial profissional nacional e manutenção da política de abonos complementares.
 - Jornadas de trabalho estafantes aos professores, com a obrigatoriedade do cumprimento das Atividades Pedagógicas Diversificadas (APD) dentro das unidades escolares e não em locais de livre escolha.
 - Recusa em revogar a reforma do ensino médio na rede estadual de ensino e em promover o debate democrático sobre o ensino médio que interessa aos filhos e filhas da classe trabalhadora, realizando mudanças superficiais e insuficientes neste nível de ensino.
 - Elaboração de um projeto de ensino técnico que pretende desmontar o trabalho desenvolvido pelas Escolas Técnicas (ETECs) e Faculdades de Tecnologia (FATECs) geridas pelo Centro Paulo Souza, de excelente e reconhecido padrão de qualidade. A inserção desordenada do ensino técnico nas escolas regulares como um apêndice não apenas não oferece à juventude o padrão de qualidade de que necessitam, como também favorece a desprofissionalização docente, abrindo caminho para contratações de profissionais sem habilitação por “notório saber”.
 - Manifesta intenção de enviar à Assembleia Legislativa Proposta de Emenda à Constituição para reduzir as verbas destinadas à Educação de 30% para 25% do Orçamento do Estado.
 - Em síntese, a política desenvolvida pelo atual governo bolsonarista do Estado de São Paulo visa, assim como governos anteriores, a implementação de uma política de “Estado mínimo”, pela qual se reduza drasticamente o investimento em políticas públicas, equipamentos e servidores públicos, que atenda os interesses dos grupos econômicos e camadas privilegiadas da sociedade e no qual a Educação pública seja um mero instrumento para o atendimento das necessidades do chamado “mercado de trabalho”, sem compromisso com a promoção da cidadania e da justiça social.

Quem luta, conquista vitórias

Liderada pela APEOESP, aliada a demais entidades e movimentos sociais, nossa categoria já demonstrou que a força da persistência e da mobilização pode conquistar avanços e impedir retrocessos. Unidos e mobili-

zados conquistamos o FUNDEB permanente e, recentemente, conseguimos manter este fundo essencial para a Educação brasileira fora do arcabouço fiscal. Nossa luta, em consonância com o trabalho parlamentar, também conseguiu preservar 50 mil empregos, com a prorrogação dos contratos dos professores da categoria O de 2018 e 2019, assim como conquistamos o fim do famigerado confisco salarial de aposentados e pensionistas.

Em 2015, mobilizados com os estudantes e dezenas de entidades e movimentos que compõem o Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo, impedimos o fechamento de 92 escolas e a “reorganização” de outras 750 unidades escolares. Naquele mesmo ano, conseguimos decisão do Supremo Tribunal Federal garantindo o pagamento de todos os 92 dias de nossa greve, que fortaleceu nosso Sindicato perante a categoria e a sociedade. Nos primeiros meses do ano seguinte forçamos o cancelamento do Contrato de Impacto Social – CIS, que privatizaria inicialmente 122 escolas estaduais.

Há poucos dias, a significativa mobilização que realizamos em frente à sede da SEDUC, na Praça da República, fez que com que, logo a seguir, o governador Tarcísio de Freitas recuasse da decisão de retirar São Paulo do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). O recuo, entretanto, não impediu que as apostilas digitais da SEDUC contenham erros crassos e graves, que começam a ser conhecidos.

Mobilização já!

Todo este cenário nos chama a lutar. Coerentes com nossa história e nossos compromissos, não deixaremos de atender a esse chamado e decidimos:

- Realizar ampla mobilização em todas as regiões, organizadas e lideradas pelas subsedes da APEOESP, de forma articulada com entidades, movimentos e todas as representações da sociedade civil, para defender a escola pública, os direitos dos estudantes, dos professores, dos demais profissionais da Educação.
- Realizar assembleia estadual da categoria para dar encaminhamentos ao Plano de Lutas deliberado neste XXVII Congresso Estadual da APEOESP.
- Incorporar a APEOESP ao plebiscito contra a privatização da Sabesp, CPTM e Metrô.
- Convocar as entidades do Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo para organizar um dia estadual de luta contra a redução de verbas da Educação, a reforma administrativa, os projetos educacionais excludentes de Tarcísio/Feder e pela valorização dos profissionais da Educação.
- Propor a todas as entidades a realização de um dia estadual de greve de todo o funcionalismo público do Estado de São Paulo contra a reforma administrativa, contra a privatização da Sabesp, CPTM e Metrô e demais órgãos e pelas pautas unitárias e setoriais.
- Assim, conclamamos centrais sindicais, entidades, movimentos, estudantes, funcionários, pais, servidores públicos de forma geral e toda a população a apoiarem e participarem deste movimento, para que o Estado de São Paulo possa caminhar junto como o Brasil para superar os retrocessos e construir o futuro.
- Não à redução de verbas para a Educação!
- Não à reforma administrativa!
- Não à privatização!
- Pela revogação da reforma do ensino médio!
- Não aceitamos vigilância em sala de aula. Pela liberdade de ensinar e aprender!
- Pela revogação da LC 1374/2022, carreira aberta, justa e atraente, valorização e direitos!
- Por educação pública, gratuita, laica e inclusiva para todos e todas!
- Fora Feder!

Piracicaba, 1, 2 e 3 de setembro de 2023.
XXVII Congresso Estadual da APEOESP